

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Disciplina Optativa de Cartografias Urbanas das Migrações Internacionais

Professora Dra. Cláudia A. Marconi

Marina Morais Melo RA00190828

Patrícia Temple Sanchez RA00189976

Reestruturação do Trabalho Cartográfico Final – O Espaço da Morte na Cidade

1. Introdução (Patrícia)

A partir de pesquisas por cartografias relacionadas à morte, em especial às vulnerabilidades que a circundam, nos deparamos com um artigo sobre segregação, racismo e a importância oculta da morte nessa história, especialmente nos Estados Unidos - *Grave Matters: Segregation and Racism in U.S. Cemeteries*.

Entretanto, para além de cartografias *mainstream*, altamente simplistas, que somente indicam a espacialidade da morte dentro desses cemitérios segregados e daqueles dentro da cidade de São Paulo, de modo a trazer a discussão como também sendo válida e necessária para uma realidade mais próxima, não foi possível encontrar produções cartográficas, críticas, para além de mapeamentos de

morte em massa, como em grandes epidemias ou guerras durante a Idade Média na Europa.

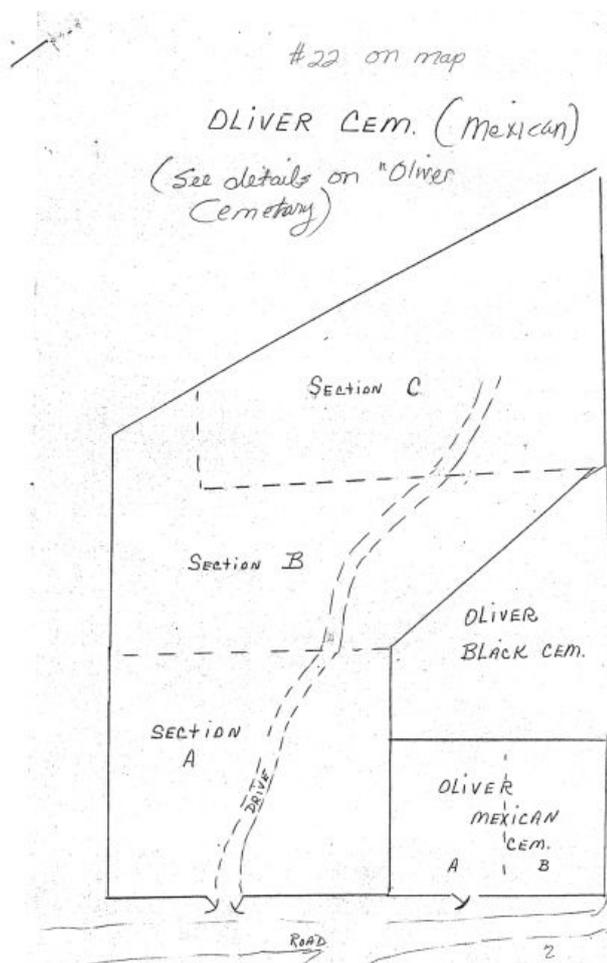
A presente proposta, assim, é a de suscitar o debate acerca da titularidade da morte, e ainda que em realidades muito distintas, geográfica e conjunturalmente, há a aproximação do recorte das situações a serem apresentadas e abordadas na cidade de São Paulo, onde a morte indigente (vulnerabilidade na qual também se encaixa boa parte da população migrante) se mistura com a realidade do restante dos cidadãos e esse embate choca e produz reflexões, bem como a situação da morte negra ou branca nos Estados Unidos produz grande relevância nos processos de inclusão da comunidade negra pós-escravidão a partir dos encontros produzidos pela mortalidade, onde populações migrantes também podem encontrar representação (ou ausência dela), a exemplo da segregação também de mexicanos em alguns cemitérios.

Desse modo, o espaço ocupado pela morte não se restringe somente à espacialidade tangível e mais tradicionalmente mapeável de onde estão os cemitérios e suas variedades dentro das cidades ou de sua organização interna e como isso é um espelho de realidades vulneráveis ou as afeta de alguma forma, mas o espaço que a mortalidade ocupa na vida de determinadas populações. A importância disso na vida das comunidades negras nos Estados Unidos certamente é e foi muito mais relevante do que para a história branca do país; o mesmo é análogo na realidade de um nativo cidadão e de um indigente ou migrante à margem de determinada sociedade, de modo que não seja do interesse do privilégio tratar do que sequer é um direito de dignidade humana para o vulnerável. A partir do momento que essas realidades se tocam de alguma maneira, seja de um cidadão ser enterrado equivocadamente como indigente ou de comunidades negras que começam a se inserir na *cash economy* através da ruptura da estrutura de poder da indústria funerária dominante e branca de seu país, é produzido um universo cartográfico do que o desenho das espacialidades dessas experiências pode significar ou se resignificar.

É, dessa forma, pertinente a proposta da discussão da espacialidade e pertencimento a determinados pedaços de uma mesma territorialidade enquanto aspecto central da vida vulnerável, de forma que a segregação perpassa até mesmo a fronteira da morte, fazendo com que as experiências da mortalidade também sofram consequências dessa separação em vida, o que perpetua os impactos da existência marginalizada, ainda que não seja mais material.

Mesmo que não sendo possível encontrar cartografias críticas prontas dentro das plausibilidades do tema, pensamos na proposta de discussão de formas como a produção dessas cartografias, baseadas nas experiências corpóreas dos indivíduos e familiares, transitando em contextos de luto que evidenciam segregações pré-existentes, potencializam a percepção da realidade experimentada como consequência de políticas que acabam por minar liberdades.

2. Segregação da Morte nos Estados Unidos (Patrícia)



Fonte: Carol Snyder, Smithville Heritage Society

Dra. Kami Fletcher, professora de história Americana e Afroamericana na Faculdade de Albright e presidente do Coletivo para Estudos Radicais sobre a Morte, visando a promoção da descolonização da morte, em uma conversa filmada com Caitlin Doughty acerca do por quê as funerárias ainda são segregadas entre negras e brancas nos Estados Unidos, faz uma viagem ao tempo sobre o papel de suma importância da morte na emancipação das comunidades negras no país: 'somente em um país supremacista branco, a liberdade vem através da morte'.

Durante o período de escravidão, um local de morte não era direito dos negros; quanto mais a escolha desse local, ou sequer a colocação de algum tipo de identificação nominal, mais uma forma de desumanização dessas pessoas. Ao findar-se esse período, iniciou-se vagaroso acesso dessa população a pequenos pedaços de terra, e a propriedade, assim como a estrutura capitalista, apesar de amplamente contraditória e criticável em todos os seus desdobramentos e injustiças, foram essenciais para a constituição da independência dessas comunidades, através do poder econômico ascendente e das posses de terra.

Foram, assim, sendo fundados os primeiros cemitérios negros. Não estritamente caso sulista, como o cemitério retratado no mapa acima, em Smithville, Texas, em que havia segregação dentro do próprio cemitério de forma profundamente racializada, separando inclusive os mexicanos, por todo o norte, como o caso exemplificado no vídeo, do cemitério de Mount Auburn em Baltimore, Maryland, também existiam comunidades negras vítimas de profundo preconceito apesar de sua libertação constitucional.

As funerárias brancas, como negócios, passaram a progressivamente aceitar clientes negros, famílias enlutadas que não possuíam orgulho em amparar, mesmo com remuneração, e cujos corpos recebiam pelas portas dos fundos, e eram arremessados desleixadamente nos porões. Os funerais e a

preparação do corpo não eram respeitosos, não seguiam os padrões culturais das comunidades e demonstravam descaso com as formas diferenciadas de se arrumar o cabelo e com relação aos tons de pele dos corpos. Assim, nasceu a necessidade de serem fundadas funerárias de negros, para negros, de modo que isso representasse uma humanização e honra cultural de extrema relevância também para a constituição da cidadania dessas pessoas.

Os líderes das comunidades negras, à época, frequentemente eram donos de funerárias, profissionais do ramo ou ligados à indústria funerária de alguma forma, tamanha a referência e o espaço da morte na vida dessas pessoas. Infelizmente, até a contemporaneidade o funeral padrão estadunidense ainda é internacionalmente reconhecido como o funeral *waspiano*, da cultura branca, de luto comedido, em que todos usam preto. Os funerais negros possuem suas raízes na região ocidental do continente africano, demonstram luto de formas muito mais expressivas, demoram muito mais tempo para serem preparados e também possuem duração maior. Por essas motivações históricas, até a contemporaneidade as funerárias brancas e negras servem a suas respectivas comunidades, e isso é visto como um ato de resistência e empoderamento, de modo que tenha sido transformada em uma separação valorizada pela própria população negra.

Assim como a espacialidade de morte nos Estados Unidos evidentemente possui fronteiras até hoje não cruzadas, a exemplo do caso da segregação entre brancos e negros, há também mais uma série de fronteiras ainda não exploradas, desconhecidas, submersas, invisíveis - o desenho cartográfico da morte, em especial da morte vulnerável, parece ser eternamente repleto de surpresas e novas descobertas, uma vez que o encobrimento dessa temática por si só já cumpre grande papel de ocultar realidades mesmo àqueles que possuem pertencimento na sociedade, é ainda mais agravada a tentativa de delimitação do que e de como são as vivências da mortalidade vulnerável. Para além das comunidades negras, os imigrantes, principalmente os indesejáveis, ilegais, abrem novos capítulos de rejeição e

opressão a serem explorados, e assim constituírem luta para serem revolucionados a partir da verbalização de suas existências.

3. A Cidade de São Paulo - Realidade Migrante

A realidade na cidade de São Paulo, não é diferente, segundo retrata o artigo escrito pelo Escritório Regional da OIM para a América do Sul, em parceria com o IPPDH. Eles comentam que os migrantes latinos possuem muita dificuldade de encontrarem sua cultura na cidade e também no país como um todo, retratando que foi necessário um apoio das Organizações para que conseguissem adequar suas vidas em São Paulo. Os migrantes dizem que sua cultura está presente somente na saudade e na família, quando a família também se muda. Alguns dos projetos culturais impulsionados por migrantes regionais partem da visão de que a cultura pode atuar como um veículo para o fortalecimento dos migrantes na cidade.

O trabalho também relata que migrantes bolivarianos no Brasil começaram a perceber violência obstétrica contra mulheres bolivarianas, além de atendimentos rejeitados nos hospitais e, por consequência, grande quantidade de mortes. Essas mulheres não conseguiam atendimento e nem mesmo realizar o acompanhamento de pré-natal, além de muitas vezes possuírem vergonha de lutar por seus direitos e também por terem de trabalhar, realidade que reflete um grande cenário xenofóbico, que não é revelado nos noticiários.

Há também numerosos registros de assaltos com ocorrência de morte, pois é de conhecimento público que os migrantes que lidam com volumes significativos de dinheiro vivo —por exemplo, aqueles que trabalham no setor da confecção— o guardam em suas próprias casas, diante da impossibilidade de depositá-los em conta bancária. Assim, percebe-se que a violência do contexto migratório não ocorre somente em todo o contexto difícil encontrado na travessia de um país para o outro, mas também na vivência do dia-a-dia nesse novo país.

4. A Morte na Realidade da Cidade de São Paulo

Se tratando sobre mortes no cenário de São Paulo, de maneira geral, é necessário um breve histórico: Sabe-se que O costume de se enterrar os mortos dentro das

igrejas perdurou até o século XIX, mas havia inconvenientes como o mau cheiro do corpo em decomposição.

O cemitério fora do espaço sagrado já estava virando uma realidade no Brasil. D. Pedro I promulgou uma lei que baniu os enterros dentro das igrejas. Neste contexto surgiu à necessidade da criação dos cemitérios, tanto para os católicos, como para os praticantes de outros credos, ainda mais após chegar um grupo com cerca de 200 imigrantes alemães chegou a São Paulo de Piratininga para trabalhar na colônia agrícola. Concentraram-se no extremo sul da cidade, região de Parelheiros.

O Cemitério de Parelheiros surgiu três décadas antes do Cemitério da Consolação, em 1829, em terreno doado pelo próprio Imperador D. Pedro I, ativista dos cemitérios a céu aberto.

Situado próximo a Estrada da Colônia (antiga passagem imperial)



Imagem de 1881, o cemitério da consolação afastado do centro urbano.

Por que tão afastado e por que tanto tabu com o destino que vem para todos?

Como traz Pinder (Subverting Cartography), mapas (thin maps) têm sido utilizados estrategicamente para o exercício de poder e o controle sobre o espaço.

Então é isso, a própria construção do cemitério afastado em si já remete à clara estratégia do exercício de poder controlando o espaço. Porque afinal, as pessoas

não querem conviver com um cemitério perto de suas casas, de seus trabalhos, etc. Pelo menos esse era o ideal

Thin maps são incorporados nas relações de poder

1. o mapa trata de uma forma de discurso ativamente envolvida na construção social dessa realidade.

REVELA um poder sob a construção ideal de uma cidade

Os processos sociais, costumes, tradições e a personalidade das pessoas traçando uma cidade são muito maiores e mais definidores dessas cidades do que somente uma área comercial, toda estruturada por prédios, organizando qual parte é comercial, qual parte é residencial etc. A cidade é expressada pelas pessoas, não pelas construções.

“as cidades são corpos com tradições e costumes”, como já trazia Steve Pile.

Com isso, podemos notar que atualmente, a personalidade está mais retratada no desenho da cidade (digamos assim). A cultura e a arte tem sido levadas a sério até nos cemitérios.

O próprio cemitério de Parelheiros, hoje em dia possui a antiga casa do coveiro transformada em uma biblioteca, conhecida como Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura. Ela recebe livros e atividades culturais, e foi um espaço idealizado em 2009, sendo bem recebido na comunidade local, pois apresenta uma nova possibilidade de atividades cotidianas paralelas em um espaço fúnebre, mas de contemplação e silêncio, tudo o que precisamos para uma boa leitura.



Mas afinal, em termos morais, os cemitérios possuem a mesma preocupação que com sua parte cultural? (Consolação abriga corpos como Tarsila do Amaral, Washington Luiz etc)

Em abril de 2014 uma investigação do MP revelou que o Estado mandava para a vala de indigentes pessoas que estavam sendo procuradas pelas famílias, no simples serviço de olhar o nome do morto e procurar boletins de ocorrência. O boletim gerado no ato da morte não era relacionado com os boletins já existentes na policia especializada. A pessoa que falece e está desacompanhada tem um boletim de ocorrência feito porque, em tese, a família não foi buscar. A policia não chega a procurar a família do morto.

Caso Luiz Henrique: saiu de casa e pulou do viaduto. Ficou no IML 19 dias até ser enterrado. A mae conta que dia 02 ele saiu de casa, dia 03 ela foi na policia e dia 4 no DHPP. Eles disseram a ela que fariam a investigação, mas não passaram segurança na fala para a mae. Ela começou a ir e ligar todos os dias, nada. Ela foi no IML central e um dos cadáveres que ela imaginava ser do filho, perguntou se tinha tatuagem, e a pessoa disse que não. Ela ligou nos hospitais e IMLs. Um mês depois, o delegado apareceu para a mae dizendo que foi confrontado o exame datiloscópico com o BO de suicídio que tinha na MESMA delegacia onde foi feito o BO que encontraram o filho dela. No dia seguinte, ela foi no IML verificar novamente sobre a tatuagem, e outra pessoa disse que tem. Ela poderia ter reconhecido o filho no dia 04 de janeiro, e reconheceu dia 06 de fevereiro.

Quem está com o corpo, segundo a legislação brasileira está com um bem, já não é mais pessoa, mas um bem de uma família. Portanto, essa pessoa não deve dar a destinação que ela bem entender, procurando a urna funerária gratuita. Eles chegam na funerária gratuita nus, ensanguentados e sem tamponamento.

O dano moral é terrível. No cemitério público as valas são razas, com a justificativa de que precisa se usar bem o terreno. Quando chove, leva embora o corpo, algumas vezes não se consegue reconhecer mais depois. sem nenhuma marca no terreno, que fica somente no livro do cemitério. Isso porque o MP também descobriu que chegam a ser colocados três a quatro caixões de uma vez na mesma vala.

Uma senhora decidiu fazer o trabalho de publicar o nome das pessoas, e as que estão sem nome se retrata o dia do falecimento, a cor da pessoa, fala o problema que causou o falecimento, que possui fotografia e o nome do cemitério após reconhecido pelo IML. Em dois anos foram mil e quinhentos corpos, e em função da lista, 19 famílias foram procurar.

Após a investigação, a delegacia de desaparecidos disse que foi criado um banco de dados para o IML, mas ele estava desatualizado, inclusive dos corpos retratados no documentário somente um foi colocado no banco e com informações incompletas. O IML leste e o IML central disseram não possuir o esse banco de dados

Além disso: como se já não bastasse, dados de uma pesquisa atual do Estadão mostram que há 22 cemitérios públicos na cidade de São Paulo, 18 particulares e apenas um crematório. Por dia, são cerca de 220 mortes, sendo que são 118 salas de velório. E assim, ainda segundo Pile, a relação das pessoas com a cidade e da cidade com as pessoas vai além da arquitetura, se relaciona diretamente com as aspectos psicológicos e emocionais, para demonstrar a importância e a relevância que tem todo o conjunto social, o ambiente “familiar” com o qual convivemos todos os dias e a todo momento. Como que isso dialoga com tanto descaso com os corpos de um cemitério? A morte é digna de esquecimento? A morte não deixa de ser uma manifestação pessoal, e deve fazer parte do conjunto que cria o ambiente de uma cidade.

O psicológico e o emocional entram muito nesse contexto, inclusive no direito familiar de poder velar o corpo e enterrar em família. O túmulo é uma forma de representação, é uma lembrança, é iconográfico. Então eu questiono: até quando a morte será apenas um processo burocrático e sistematizado?

5. Referências Bibliográficas

Karen Wilson Baptist (2010) Diaspora: Death without a landscape, Mortality, 15:4, 294-307

Harley, J.B(1988). Maps, knowledge and power. In D. Cosgrove & S. Daniel(Eds.) Deep maps and spatial narratives(pp. 28-53), Bloomington: Indiana University Press

Pile, Steve (2005). Real Cities – introduction: what about cities? SAGE Publications Ltd, PP. 01 – 25

Pinder, David (1996). Subverting Cartography: the situationists and maps of the city. Environment and Planning, 28 405 - 427

Sherman, David (2020). Grave Matters: Segregation and Racism in U.S. Cemeteries. Disponível em: <<http://www.orderofthegooddeath.com/grave-matters-segregation-and-racism-in-u-s-cemeteries>>.

Canal Agência Pública (2017). **Indigente** (19min37s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yERS5izc4Jc>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

Canal Ask a Mortician (2020). **Why Are Black and White Funeral Homes STILL Seperate?** (17min11s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W4-0iAzF1cl>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

Vaccotti, Luciana (2017). Migrantes Regionais na Cidade de São Paulo. Organização Internacional para as Migrações (OIM) Diretor Regional para América do Sul. PP 166 - 330.

Fuchs, Felipe (2019). Espaços de Cemitério e a Cidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. PP. 22 - 235